## **EDITAL Nº 04/2023**

# AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

### **CARNE**

A Caixa Escolar Isaltina Cajubi Fulgêncio, inscrita no CNPJ 19.610.773/0001-18, localizada à Av: Clementino Silveira, 1.043, Bairro: Corrredor, município de Araçuaí MG, informa que realizará processo licitatório na modalidade Convite, para aquisição de: Gêneros Alimentícios para a ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, convida os interessados a apresentarem documentação de habilitação e proposta comercial dos itens constantes no Anexo I, partes integrantes deste edital, mediante condições abaixo:

**OBJETO: Gêneros Alimentícios (CARNE)** 

Constitui objeto do presente processo licitatório a aquisição de **Gêneros Alimentícios para ALIMENTAÇÃO ESCOLAR** descritos e especificados no Anexo I deste instrumento convocatório.

#### **RECURSOS FINANCEIROS:**

Os recursos para aquisição do objeto acima descrito estão assegurados e são originários de:

Secretaria de Estado de Educação:

- Termo de Compromisso nº 1007181/2023 (Federal)
- 1. ENTREGA DOS ENVELOPES DE "PROPOSTA COMERCIAL"E "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".
- 1.1 Os envelopes "Proposta Comercial" e "Documentação de Habilitação" deverão ser entregues lacrados à <u>Comissão de Licitação</u> <u>Conforme</u> endereço, dia e período especificados abaixo.

LOCAL: ESCOLA ESTADUAL ISALTINA CAJUBI FULGÊNCIO

ENDEREÇO: AV: CLEMENTINO SILVEIRA, 1.043- Bairro: CORREDOR

ATÉ A DATA: **20/11/2023** 

HORÁRIO: 08 até às: 17:00 horas

TELEFONE: 33 99931-7759



1.2 - Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

CAIXA ESCOLAR ISALTINA CAJUBI FULGÊNCIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2023

ENVELOPE N.º 1 - PROPOSTA COMERCIAL

PROPONENTE:

CAIXA ESCOLAR **ISALTINA CAJUBI FULGÊNCIO** 

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2023

ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**PROPONENTE** 

- 2. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:
- 2.1. A proposta comercial deverá ser entregue de forma legível em uma via, sem emendas ou rasuras, contendo MARCAS DOS PRODUTOS, preços unitários, totais E DIGITADOS propostos em moeda corrente do país a marca ou origem dos gêneros alimentícios ofertados; NÃO SERÃO ACEITOS PROPOSTAS ESCRITAS A CANETA, SUJEITO A ELEMINAÇÃO.
- 2.2. A empresa deverá apresentar cópia dos documentos abaixo:
- a) atos constitutivos (contrato social e/ou declaração de firma individual devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de PJ); e alterações contratuais simples referentes ao quadro societário, razão social e ramo de atividade, se houver, devidamente registrada no órgão competente ou última alteração contratual consolidada, se houver, registrada no órgão competente;
- b) documentos de identidade dos representante (s) legal (is) da empresa.
- c) CNPJ com situação ativa;
- d) certidão Conjunta Negativa de débitos Relativos a tributação Federal e à Dívida Ativa da União:
- e) certidão negativa de débitos relativa aos tributos estaduais:
- f) Certidão Vigente de regularidade do Fundo de Garantias do Tempo de Serviço (FGTS);
- g) declaração negativa de vínculo do (s) sócio (s) ou diretor administrativo (Conforme Modelo Anexo);
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

A apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) pela empresa, substitui os documentos nele previstos, não dispensando a apresentação dos demais. Os



documentos integrantes do CRC que tenham prazo próprio de vigência, quando vencidos no período de validade do Certificado, deverão ser apresentados **em versão atualizada dentro do envelope de habilitação**.

- 2.3. A validade mínima da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega do envelope "Proposta Comercial". A omissão desta informação caracteriza aceitação pelo proponente do prazo mínimo estabelecido, não invalidando a proposta comercial.
- 2.4. A apresentação da proposta pressupõe o conhecimento e aceitação pelo licitante, das exigências/condições deste edital, não cabendo qualquer alegação futura em contrário.
- 2.5. Os documentos exigidos acima, deverão ser apresentados de acordo com modelo padrão adotados pelos órgãos responsáveis por seu gerenciamento.
- 2.6. Os documentos emitidos por via eletrônica (Internet), deverão ser confirmados pela comissão de licitação à sua autenticidade através dos seus endereços eletrônicos.
- 2.7. Caso necessário, a Comissão de Licitação poderá solicitar os documentos originais para fins de autenticação.

#### 3. DA ABERTURA DOS ENVOLOPES

3.1. Os envelopes contendo as propostas comerciais serão abertos no dia

# 21 /11 /2023 às 10 horas pela Comissão de

**Licitação** que reunirá por **videoconferência** e analisará as propostas encaminhadas à escola. Após julgamento da proposta comercial de menor preço, serão abertos os envelopes e examinados os documentos de habilitação.

#### 4. ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. Será escolhida para o fornecimento dos materiais, a empresa que ofertar o menor preço por item, desde que apresente toda documentação regular solicitada neste Edital.
- 4.2. A indicação da melhor proposta do processo Licitatório será divulgada pelo Presidente da Comissão de Licitação.
- 4.3. Será adjudicado e homologado pelo presidente da Caixa Escolar o resultado do processo Licitatório conforme julgamento da Comissão de Licitação.

#### 5. DOS RECURSOS

- 5.1. Caberá recurso administrativo das decisões de habilitação e julgamento proferidas pela comissão de licitação, que poderá ser interposto até o segundo dia útil subsequente à divulgação da decisão.
- 5.2 O recurso, contendo fundamentação clara e sucinta, será dirigido à comissão de licitação da caixa escolar.
- 5.3 A interposição do recurso será imediatamente comunicada pela comissão aos



demais licitantes, para que, caso queiram, apresentem impugnação, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação.

- 5.4 esgotado o prazo para impugnação, a comissão, no prazo máximo de 3 (três) dias, poderá:
- a) reconsiderar sua decisão; ou
- b) mantê-la.
- 5.4.1 em ambos os casos a comissão de licitação remeterá o recurso para apreciação final do Presidente da Caixa Escolar;
- 5.5 recebido o recurso, o Presidente decidirá, motivadamente, no prazo máximo de três dias úteis.
- 5.6 os recursos previstos neste Capítulo têm efeito suspensivo.
- 5.7 decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o presidente da caixa escolar adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório.

### 6. AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/CONTRATO

- 6.1. Tão logo seja homologado o resultado do processo licitatório, o presidente da Caixa Escolar emitirá a competente autorização de fornecimento ou convocará o licitante vencedor para assinatura do contrato.
- 6.2. Após convocado, o licitante vencedor terá o prazo máximo de **03 (três)** dias úteis para assinatura do contrato, sob pena de perda do direito à contratação do objeto homologado.

### 7. CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. As mercadorias adquiridas através deste edital deverão ser entregues pela empresa vencedora na sede da escola, em **02 (duas)** parcelas, a partir da autorização de fornecimento ou assinatura do contrato.

#### 8. FORMA DE PAGAMENTO

- 8.1. Para as aquisições com entrega imediata, o pagamento será feito no ato da entrega da mercadoria, mediante apresentação de documento fiscal.
- 8.2. Para as aquisições com entrega parcela da, a forma de pagamento será prevista no contrato celebrado entre as partes.

### 9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. O licitante responderá pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase deste processo licitatório.
- 9.2. A divulgação deste edital e a realização dos demais atos do processo de licitação, desde que ainda não assinado o contrato ou autorizado o fornecimento imediato, não atribui aos interessados o direito de contratação, assegurando-se à Caixa Escolar o direito de revogação do processo a qualquer momento, por ato devidamente motivado e justificado de seu presidente.
- 9.3. Não poderão se habilitar em licitações ou contratar com a Caixa Escolar pessoas físicas que tenham vínculo com o serviço público de qualquer ente



federativo, bem como pessoas jurídicas que tenham como administrador servidor público, quando os recursos destinados à contratação forem de origem pública.

TÂNIA PINTO OLIVEIRA
Presidente da Caixa Escolar